



EDUCAÇÃO FÍSICA E PROFESSORES POLIVALENTES: O CASO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE

Manoel Francelino da Silva Filho

Raquel Stoilov Pereira

Centro Universitário de Várzea Grande – Brasil

Resumo: O objetivo deste estudo foi identificar a organização das aulas de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas municipais de Várzea Grande, na visão dos professores polivalentes, uma vez que das 63 escolas da rede, apenas três contam com professor de Educação Física. Realizamos um levantamento bibliográfico sobre aspectos legais e características da Educação Física no ensino fundamental. O estudo descritivo e qualitativo ocorreu em 12 escolas municipais de Várzea Grande, Mato Grosso, com 58 professores polivalentes. A partir de um questionário, constatamos que 78% dos participantes ministram aulas de Educação Física, sendo a recreação o conteúdo mais desenvolvido. Concluímos que a inserção de um professor de Educação Física nessas escolas se faz necessário.

Palavras-chave: Educação Física; ensino fundamental; professor polivalente.

INTRODUÇÃO

No interesse de investigar a Educação Física Escolar, optamos por pesquisar a realidade das aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Várzea Grande, uma vez que essas escolas não contam com professor especialista na área (formado em Educação Física).

Após contato com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Várzea Grande, por intermédio da assessoria responsável pela legislação das escolas municipais, fomos informados que das 63 escolas existentes na rede (constam duas de zona rural), apenas três contam com um professor de Educação Física em decorrência de um projeto que é atualmente desenvolvido nessas instituições, mas que pode deixar de existir a qualquer momento, sendo que nas demais escolas é o próprio professor polivalente o responsável pelo desenvolvimento das aulas de Educação Física.

Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo identificar a organização das aulas de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas municipais de Várzea Grande, na concepção dos professores polivalentes.

A pesquisa, do tipo descritiva e com abordagem qualitativa, desenvolveu-se em 12 escolas públicas municipais de Várzea Grande, envolvendo a participação de 58 professores, do segundo ao quinto ano dos períodos matutino e vespertino.

Este estudo se torna relevante por ser capaz de, a partir de um levantamento bibliográfico e coleta de dados com rigor científico, verificar se a presença do professor de Educação Física nessas escolas se faz necessária ou se os professores polivalentes vêm cumprindo com essa função de maneira satisfatória.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ASPECTOS LEGAIS

Em 20 de dezembro de 1996, o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o Congresso Nacional sancionaram e decretaram, respectivamente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996, comumente conhecida por LDB, com o objetivo de estabelecer diretrizes (caminhos, direções) e bases (sustentação) para a educação nacional (PEREIRA, 2007).

Nessa lei que determina os princípios para o funcionamento da educação nacional, consta um artigo especificamente direcionado à Educação Física. Assim, de acordo com o artigo 26, § 3º, da LDB n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996):

[...] A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;

VI [sic] – que tenha prole.

Importante ressaltarmos que o artigo supracitado foi alterado duas vezes. A primeira, por conta da Lei n. 10.328, de 2001 (BRASIL, 2001), quando se introduziu a palavra “obrigatório” após a expressão “curricular”; e a segunda vez com a Lei n. 10.793, de 2003 (BRASIL, 2003), ampliando a facultatividade, antes permitida apenas aos alunos do ensino noturno.

Fez-se necessário incluir a palavra “obrigatório” no artigo da LDB, pelo fato de sua ausência deixar uma brecha para que a Educação Física fosse inserida na escola apenas se os órgãos responsáveis o entendessem necessário. O artigo apenas a

reconhecia como componente curricular e nada dizia em relação à sua permanência na escola.

Apesar de determinar a obrigatoriedade da Educação Física na Educação Básica, portanto educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, a LDB n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996) não deixa claro quem deve ministrar as aulas dessa disciplina.

Apontar o responsável pela disciplina fica a cargo dos estados e municípios, de acordo com o que julguem melhor para a região, lembrando que não são obrigados a contratar professores de Educação Física para desempenharem tal função. Como exemplo, citamos o estado de São Paulo, que a partir da Resolução n. 184, de 27 de dezembro de 2002, garante o direito de o professor especialista ministrar aulas de Educação Física em todos os anos, como pode ser observado na citação a seguir:

Artigo 1º As aulas de Educação Artística e de Educação Física previstas na matriz curricular do ciclo I das escolas estaduais com carga horária semanal de 25 horas serão desenvolvidas, em todas as séries, por professor portador de licenciatura plena específica na respectiva disciplina e na conformidade do contido na presente resolução (SÃO PAULO, 2002, p. 1).

Em relação à indagação de quem deve ministrar as aulas de Educação Física, Freire (1997) aponta duas linhas de defesa: a primeira defende a inclusão de um professor especialista formado em Educação Física, ou seja, de uma pessoa à parte do trabalho feito em sala de aula; a segunda defende a permanência de um mesmo professor para todas as disciplinas alegando ser melhor para a criança o contato com um único professor, por conta de uma possível diminuição na fragmentação do conhecimento.

Para o autor a questão não está em determinar quem deve, ou não, ser o responsável pelas aulas, simplesmente pela questão da formação e, portanto, inserção de um profissional específico da área. A questão central é de quem, de fato, tem maior competência e habilidades para desempenhar essa função, afinal “um único professor poderia ser mais desintegrador do que seis ou oito juntos, trabalhando em equipe” (FREIRE, 1997, p. 78).

Freire (1997), em defesa da presença de um professor especialista para lecionar Educação Física, argumenta que a escola tem um conjunto de disciplinas voltadas para a formação intelectual e outra que reúne os conteúdos voltados para a formação corporal. Nessa concepção, é difícil as escolas de formação de professores se transformarem para capacitar os profissionais de ensino a ministrar aulas nas diferentes áreas do conhecimento.

No entanto, Pereira (2007) ressalta que é importante tomarmos cuidado com nossas afirmações. Não devemos afirmar que um professor licenciado em Educação

Física ministraria aulas de Educação Física melhor que o professor polivalente, pura e simplesmente. O importante é oferecer uma educação adequada aos escolares. Portanto, nada impede que o professor polivalente se especialize em Educação Física Escolar e ministre aulas desse componente curricular com qualidade e competência igual ou superior ao professor licenciado na área.

Uma vez discutidas as determinações legais da Educação Física na Educação Básica em âmbito nacional, é importante considerarmos também algumas especificidades do ensino fundamental, etapa de ensino na qual este estudo se debruça.

O ensino fundamental é dever do estado e, portanto, está assegurado como uma etapa obrigatória e gratuita inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade adequada, como determinado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990); e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

O artigo 32 da Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996) assegura que o objetivo do ensino fundamental é a formação do cidadão. Podemos dizer, amparados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – (BRASIL, 2000), que a Educação Física pode contribuir para a formação cidadã do aluno no ensino fundamental, por meio de seus conteúdos, desde que haja relação/reflexão das atividades realizadas na aula com o que se vive na sociedade.

Se os amparos legais entendem que a Educação Física pode contribuir na formação dos alunos da Educação Básica, a ponto de considerá-la um componente curricular obrigatório, resta-nos saber se, de fato, a Educação Física vem cumprindo com esse papel.

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Inicialmente, se faz necessário entendermos o que é um componente curricular e, para tanto, recorreremos a Souza Júnior (2001). Componente curricular é um elemento da organização curricular da escola, cujo objetivo é contribuir na formação cultural do aluno, por meio de um processo de reflexão dos seus conteúdos, os quais foram constituídos pela seleção de conhecimentos organizados e sistematizados.

Para Betti e Zuliani (2002) a Educação Física, tratada como componente curricular, deve proporcionar aos alunos uma integração na cultura corporal, transformando-os em cidadãos que tenham condições para usufruir da dança, dos jogos, do esporte, das práticas de aptidão física, sempre em benefício da sua qualidade de vida.

Caparróz (1997) afirma que existe uma indefinição da Educação Física, e não apenas como dificuldade de conceituação, mas também em relação ao processo de

desenvolvimento da disciplina que não esclarece aspectos relacionados à definição, função, características, necessidades e objetivos dessa área de conhecimento.

A falta de compreensão da Educação Física acaba resultando na existência desse componente curricular na escola apenas por conta do cumprimento das determinações e não pela compreensão de sua importância para e na formação dos alunos. Dessa forma, entendemos que a Educação Física tem garantida a sua legalidade, mas não sua legitimidade, ou seja, seu valor para a sociedade (PEREIRA, 2007).

Segundo Devide (2002), é comum ouvir pelos corredores das escolas professores de outras disciplinas remetendo a Educação Física como um tempo de lazer, em que os alunos “liberam energia”, depois de ficarem muito tempo em sala de aula.

Muitas vezes essas aulas são entendidas apenas como jogos pré-desportivos e esportivos, sem a preocupação em relacioná-las ao “pensar sobre”, ou seja, sem a reflexão do que são ou por que foram praticados. Essa situação “[...] reforça uma situação focada apenas na ação pela ação, gerando conseqüentemente, um abandono da prática sistematizada e específica, que seria capaz de atender aspectos do processo educativo do educando” (PEREIRA, 2007, p. 13).

Gonçalves e Ferroni (2003) complementam a ideia anterior ao afirmarem que as aulas de Educação Física são tratadas como simples “atividade”, em que os alunos fazem as aulas sem entender sua finalidade, em um simples “fazer por fazer”. Portanto, corresponde a uma disciplina que não se preocupa em organizar os conteúdos e objeto de estudo; uma aula em que não se precisa de normas, regras e planejamento.

No entanto, Souza Júnior (2001, p. 84) ressalta que ao interpretar a Educação Física como a responsável pelo:

“Mero” fazer, executar, agir, praticar, como se estes, em algum momento, pudessem ser destituídos do saber, do conhecer, do pensar, do refletir, do teorizar e vice-versa [...] [é simplesmente caracterizar] a Educação Física como um “não-componente” curricular.

“Na brincadeira a realidade e a fantasia se interagem dando esperança para criar e transformar o meio em que vive” (GIRARDI, 1993, p. 73). Apesar de constatar-mos, a partir do texto da autora, que a brincadeira contribui para o aprendizado das crianças, por ser uma forma prazerosa de aprender, não podemos esquecer que a brincadeira deve ser levada: “[...] como algo que precisa ser planejado, sistematizado e aplicado com grande responsabilidade” (PEREIRA, 2007, p. 24).

A Educação Física apresenta algumas dificuldades, pois ainda existe a necessidade de definição do direcionamento que a disciplina deve ter dentro da escola.

Para isso, Moreira (2009) expõe algumas propostas de observação e reflexão que podem ser adotadas nas aulas com o ensino fundamental. São elas:

1. Processo de inclusão: baseia-se no princípio de que todos os alunos devam participar das aulas de Educação Física; para tanto, precisam se sentir participantes das atividades tendo suas limitações e capacidades atendidas.
2. Problemática para gerar soluções: o professor cria situações em que os alunos tenham a oportunidade de elaborar suas próprias soluções, sem depender do professor ou colegas.
3. Meios de comunicação e tecnologia como recurso educativo: já que a mídia faz parte da vida dos alunos, o professor pode utilizar-se desse recurso e solicitar que o aluno reflita e transforme as informações a partir de sua realidade, não se deixando levar por ela.
4. Corresponsabilidade pela prática: baseia-se em dois princípios, pois ao mesmo tempo em que o professor deve ter domínio das atividades relacionadas à prática corporal, bem como das necessidades dos alunos, precisam demonstrar interesse pelas atividades propostas, sendo necessária uma parceria, portanto, uma corresponsabilidade no processo ensino aprendizagem.

Stefanini (2009) aponta ainda que existe uma série de procedimentos que, quando adotados, podem facilitar o encaminhamento das aulas de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental. São eles:

1. Ludicidade: o princípio é o de que a criança aprende brincando, o que facilita a aprendizagem, uma vez que corresponde a atividades naturais, espontâneas e necessárias a todas as crianças.
2. Liberdade de ação: o professor deve orientar, estimular e supervisionar as atividades, portanto, não deve determinar o que ocorrerá, ou não, nas aulas mas precisa dar a possibilidade de o aluno escolher qual a melhor proposta a partir de sua escolha e não de terceiros.
3. Globalidade: as crianças devem se expressar de forma que o movimento seja compreendido por elas e pelo professor, pois a partir do momento em que o movimento tem um significado para a criança ela está pronta para pensar em gestos técnicos mais padronizados.
4. Intensidade: as aulas de Educação Física devem conter atividades que esgotem a necessidade de movimento das crianças. A ideia não é deixá-las correndo a aula inteira, mas proporcionar situações em que tenham a oportunidade de expor seus anseios e frustrações por meio de movimentos.
5. Multiplicidade: é fundamental que o professor conheça as crianças nas diferentes dimensões do desenvolvimento (motor, socioafetivo e cognitivo) e

atenda a todas elas a partir da variação de conteúdos como jogos, esportes, lutas, danças e ginásticas, permitindo-lhes reconhecer a importância da Educação Física para toda sua vida.

6. **Dinamismo:** o professor precisa estar pronto para alterar as atividades sempre que necessário, pois algumas atividades podem ser desinteressantes para os alunos. Nesses casos, a atividade deve ser substituída, mas é fundamental dar ouvidos às sugestões dos alunos, no sentido de adaptar as atividades de acordo com as necessidades do grupo e não simplesmente fazer o que os alunos querem.
7. **Ausência da preocupação técnica:** nos anos iniciais do ensino fundamental o professor precisa permitir que as crianças experimentem os movimentos. A técnica deve surgir naturalmente e gradativamente.
8. **Diversidade de material:** a criança deve explorar o meio que frequenta. Os materiais enriquecem as experiências dos alunos e motiva as aulas, quer sejam os mais sofisticados (bolas, bancos suecos, traves de equilíbrio, trampolins), quer sejam os alternativos (materiais que não têm mais validade no lugar de sua origem).

Os apontamentos dos autores devem ser considerados, e não simplesmente copiados. É fundamental que o professor tenha consciência das características, necessidades e interesses de seus alunos, para que, a partir desse diagnóstico, consiga elaborar estratégias e propor atividades que favoreçam o alcance de seus objetivos, pois se as sugestões apresentadas forem utilizadas como meras receitas, sem significado ou reflexão por parte do professor, isso colocará em dúvida se o processo de ensino e aprendizagem terá êxito.

Assim, a partir dessas considerações, surgem alguns questionamentos: os professores polivalentes estão preparados para lidar com todas essas questões? Eles se sentem preparados para essa atuação? Para buscar informações sobre essas inquietações, recorreremos a algumas pesquisas.

Darido (2001) realizou alguns estudos e as respostas não foram muito animadoras, uma vez que ficou constatado que:

1. As professoras polivalentes da pesquisa aplicam atividades baseadas em experiências vivenciadas por elas anteriormente, as quais implicam apenas entregar a bola para os alunos e deixá-los livres, isso se o aluno permanecer comportado durante as aulas na sala, pois muitas vezes as “aulas” de Educação Física são tratadas apenas como um prêmio pela boa conduta dos alunos durante o dia.

2. As coordenadoras pedagógicas, diretoras e as próprias professoras entendem que um professor especialista estaria mais bem preparado para assumir a responsabilidade de ministrar as aulas dessa disciplina.

Em outra pesquisa realizada por Pereira (2007) verificou-se que os professores polivalentes pesquisados, mantinham a ideia do movimento pelo movimento, ou seja, os docentes apenas aplicavam brincadeiras de ruas, modalidades esportivas, mas não de forma estruturada e organizada. Tinha-se a impressão de que era apenas uma forma de as crianças passarem o tempo que ficavam na escola.

Nessa pesquisa, os próprios professores polivalentes levantaram a questão de que o ideal seria existir um professor de Educação Física nas escolas, pois se sentiam despreparados para ministrar as aulas.

Assim, o presente estudo tem o objetivo de identificar a organização das aulas de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas municipais de Várzea Grande, na visão dos professores polivalentes.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, uma vez que “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 27) e de abordagem qualitativa, pois busca “[...] uma tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDSON, 1999, p. 90).

A primeira parte deste estudo constituiu-se por um levantamento bibliográfico, cuja intenção foi discutir alguns elementos legais da Educação Física, bem como alguns desafios e perspectivas desse componente curricular nos anos iniciais do ensino fundamental. O segundo passo foi a aplicação do questionário.

O estudo envolveu 12 escolas públicas do município de Várzea Grande, Mato Grosso, localizadas em sete bairros distintos.

Para selecionarmos os sujeitos da pesquisa, adotamos a amostragem não probabilística intencional, que, segundo Gil (2008, p. 94), “[...] consiste em selecionar um subgrupo da população que [...] possa ser considerado representativo de toda a população”. Assim, participaram deste estudo 58 professores dos períodos matutino e vespertino.

Observe a Tabela I a seguir para melhor compreender a distribuição da amostra deste estudo.

Tabela I**Número de professores participantes nas respectivas escolas e bairros**

Bairros	N de escolas	N de professores
Capela do Pissarrão	01	08
Centro	01	04
Cristo Rei	05	24
Figueirinha	01	06
Mapim	02	08
Nova Várzea Grande	01	02
Vila Pirineu	01	06
TOTAL	12	58

Fonte: Elaborada pelos autores.

Cabe ainda ressaltarmos que, no intuito de preservar o sigilo em relação à identidade das instituições e professores participantes, optamos por adotar nomes fictícios (exemplo, ESCOLA A, PROFESSOR I), mantendo assim uma conduta de sigilo na pesquisa.

Como instrumento de pesquisa, elaboramos um questionário com questões abertas (em que o participante responde a pergunta de acordo com a sua opinião) e fechadas (aquelas em que o participante escolhe uma alternativa dentro das possíveis já estabelecidas pelo pesquisador) (GIL, 2008). Para verificarmos a clareza das questões elaboradas, realizamos um estudo piloto com cinco acadêmicos do curso de Pedagogia do Centro Universitário Várzea Grande, que já atuam nas escolas municipais de Várzea Grande como professores dos anos iniciais do ensino fundamental.

Para a coleta de dados, fomos às escolas selecionadas com uma carta de apresentação, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o questionário. Após a autorização dos diretores das escolas, explicamos os objetivos da pesquisa aos professores polivalentes, bem como a importância de assinarem o TCLE. Nesse momento, entregamos o questionário em mãos aos professores que aceitaram participar da pesquisa e nos afastamos com o intuito de garantir a liberdade e não constrangimento por parte dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma vez que este estudo não tem o interesse de comparar os resultados obtidos na coleta de dados, apresentaremos os resultados sem diferenciar as escolas participantes, permitindo a identificação do panorama geral da realidade estudada.

Formação e atuação profissional dos professores participantes

O objetivo da **questão 1** foi identificar a formação profissional dos professores (Tabela 2), havendo três possibilidades para a resposta: magistério, pedagogia e outros (item que permitiria aos docentes acrescentar cursos não contemplados entre as opções de resposta).

Tabela 2
Formação dos professores

Manifestação dos professores	Frequência
Pedagogia	42
Magistério	01
Magistério e Pedagogia	04
Magistério e Letras	02
Magistério e Educação Física	01
Magistério e História	01
Pedagogia e Matemática	01
Pedagogia e Biologia	01
Pedagogia e Serviço Social	01
Pedagogia e Letras	01
História	01
Letras	02

Fonte: Elaborada pelos autores.

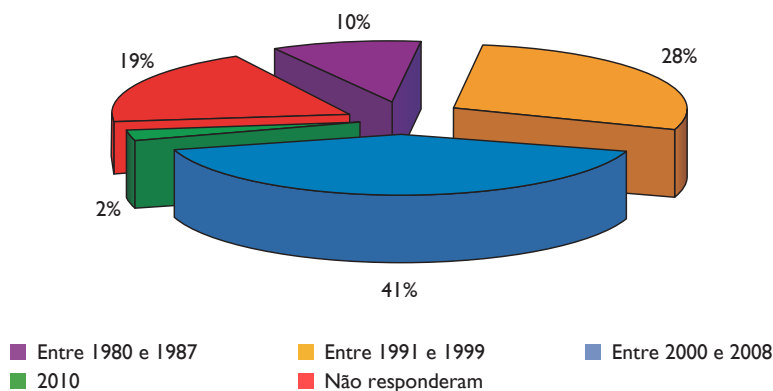
A Tabela 2 apresenta a formação profissional dos professores participantes. Alguns dados se tornam relevantes, como 72% dos professores terem a graduação em Pedagogia, 2% possuírem apenas o magistério e 7% ambas as formações.

Outro fato que chama a atenção é que 7% dos professores além de cursarem o magistério, também possuem graduação, mas em áreas diferentes da Pedagogia. Outros 5% dos docentes não têm o magistério e concluíram cursos em Letras ou História.

Importante ressaltarmos que um dos participantes, além do magistério, também cursou Educação Física, o que de fato se torna relevante, já que a pesquisa busca identificar a organização dessas aulas.

Na **questão 2**, perguntamos aos docentes sobre o ano de sua formação, sendo possível observar esses dados, bem como os respectivos quantitativos no Gráfico 1.

Gráfico I
Ano de formação dos professores



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio do Gráfico I, constatamos que seis professores se formaram entre 1980 e 1987. Entre 1991 e 1999, o número de professores formados subiu para 16, sendo esse número ampliado para 24 docentes entre os anos 2000 e 2008.

Vale apontarmos que um professor ainda não se formou. Está cursando Pedagogia e se formará somente em 2010, e não tem o curso de magistério. Essa situação serve de alerta, pois apesar de representar apenas 2% dos professores participantes, entendemos não ser adequado, visto que o município deveria exigir a formação superior ou o magistério para os professores ingressarem no quadro de profissionais, como garante o art. 62 da Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996):

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Ainda em relação à formação dos professores participantes, a **questão 3** buscou levantar informações quanto à realização de cursos de especialização. Assim, verificamos que 81% dos professores possuem o título de especialista, sendo 89% na área da Pedagogia e 11% em áreas como Letras e Educação Física. Na área da Pedagogia (89%), 23% dos docentes são especialistas em Psicopedagogia, 17% em Educação Infantil, 13% em Educação Especial e 36% em áreas como, Alfabetização, Currículo Educação Superior, Currículo Ensino Fundamental, Currículo Gestão Escolar, Didática, Didática do Ensino Superior, Educação, Gestão Escolar, Metodologia,

Metodologia do Ensino Fundamental, Fazer pedagógico na Educação Infantil e Fazer pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

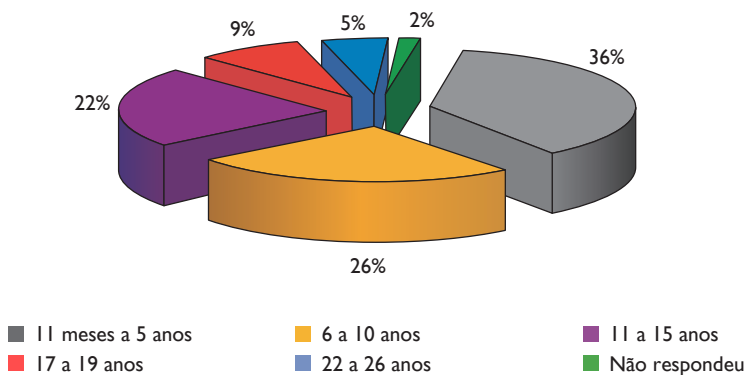
A especialização em áreas distintas que não a Pedagogia pode se justificar pelo fato de 7% dos docentes cursarem a licenciatura em áreas diferentes a essa, como pôde ser observado na Tabela 1.

Vale ressaltarmos nessa observação o fato de um dos professores ser especialista em Motricidade Humana e Recreação, aproximando-se consideravelmente da área da Educação Física Escolar. Apesar de ser uma representação muito pequena em relação ao número de participantes, pode ser considerado de grande valia, uma vez que a responsabilidade de ministrar as aulas de Educação Física é do professor polivalente.

O foco da **questão 4** foi saber o tempo de atuação dos professores na rede municipal de ensino de Várzea Grande com turmas do 2º ao 5º anos. Por conta da grande variação nas respostas, optamos por aproximar essa atuação de cinco em cinco anos, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2

Tempo de atuação dos professores na rede municipal de ensino



Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificamos que 62% dos professores atuam com turmas de 2º ao 5º anos na rede municipal há mais de cinco anos.

Uma vez que a rede nunca viabilizou professores de Educação Física para ministrarem essas aulas, concluímos que o tempo de atuação desses professores polivalentes na rede municipal equivale ao tempo em que eles ministram, ou deveriam ministrar aulas de Educação Física, o que nos permite perspectivar relações futuras, como pode ser observado durante a análise da questão 6, em que perguntamos aos professores se eles ministram aulas de Educação Física.

Para analisarmos como as escolas se manifestam em relação às aulas de Educação Física, a partir da **questão 5**, perguntamos aos professores se a escola determina que eles sejam os responsáveis pelas aulas de Educação Física para a turma na qual lecionam. Para responder a questão eles tinham duas opções: sim ou não.

Tabela 3

Professores responsáveis pelo desenvolvimento das aulas de Educação Física por determinação da direção da escola

Manifestação dos professores	Frequência
Professores que são os responsáveis pelas aulas	36
Professores que não são os responsáveis pelas aulas	17
Não responderam	5

Fonte: Elaborada pelos autores.

Constatamos que para 62% dos docentes as escolas determinam que eles ministrem aulas de Educação Física para as turmas pela qual são responsáveis, enquanto 29% apontam que as instituições não realizam tal imposição.

Essa situação demonstra contradição por parte dos professores participantes, uma vez que em uma mesma escola encontramos respostas diferentes, como se a determinação fosse para alguns, e não para todos os docentes da instituição. Diante desse contexto, fica difícil afirmarmos se existe, ou não, tal determinação por parte da direção das escolas participantes, pois correríamos o risco de sermos tendenciosos. Dessa forma, preferimos ressaltar o convite a novos estudos sobre essa temática.

Ainda em relação à responsabilidade dos professores sobre o desenvolvimento das aulas de Educação Física, na **questão 6** perguntamos aos docentes se eles ministram essas aulas, havendo a confirmação por parte de 78% deles.

O fato de 22% dos professores responderem que não ministram as aulas de Educação Física causa estranhamento, pois apareceram escolas em que havia professores que ministravam aulas e outros que não. Isso deveria ser observado melhor pela escola e pela Secretaria de Educação do município, já que apesar de lecionarem em anos diferentes, todos deveriam ministrar essas aulas, pois o direito à aula de Educação Física é garantido a todos os anos da Educação Básica. A garantia da obrigatoriedade da disciplina na Educação Básica é garantida por meio do artigo 26, § 3º, da Lei n. 9.394, de 1996 (BRASIL, 1996), apresentada no referencial teórico.

Constatado que 26% dos professores já atuam na rede entre seis a dez anos, podemos relacionar com o fato de existir professores que não ministram aulas de Educação Física. Sabendo que a obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular foi sancionada em 1996 e sabendo que a responsabilidade por essas

aulas na rede municipal sempre foi dos professores polivalentes, podemos dizer que os professores que atuam entre esse tempo (seis a dez anos) e não ministram essas aulas já arrastam essa situação de não ministrar as aulas há mais de 10 anos, e, indiretamente, os outros também, pois apesar de terem começado atuar antes da lei garantir esse direito, a partir do momento que passou a vigorar eles deveriam cumprir a tarefa de ministrar essas aulas.

Após essa análise, fica claro que as escolas devem tomar uma atitude em relação a determinar que os professores ministrem aulas de Educação Física, pois se estas não ocorrem, podemos dizer que as determinações legais não estão sendo cumpridas.

A organização das aulas de Educação Física ministradas pelos professores participantes

Com a intenção de conhecer minimamente a organização das aulas de Educação Física desenvolvidas pelos 45 professores polivalentes que afirmaram realizar essa tarefa, elaboramos sete questões, as quais serão discutidas separadamente.

Em relação à frequência semanal em que as aulas são oferecidas, 31 docentes apontaram que ministram atividades uma vez na semana, e 14, duas vezes. Nessa questão encontramos incoerência, uma vez que verificamos respostas diferentes em uma mesma escola. Isso pode indicar que as aulas ocorrem quando os professores bem entenderem.

A mesma situação pode ser percebida com o tempo de duração das aulas. Ao analisarmos as respostas apresentadas pelos professores participantes, podemos perceber também que há uma falta de organização. A Tabela 4 a seguir permite uma melhor compreensão desses dados.

Tabela 4
Tempo de duração das aulas de Educação Física

Tempo de duração	Número de professores
Até 30 minutos	12
30 a 40 minutos	10
40 a 50 minutos	03
1 hora	14
1 hora a 1 hora e meia	04

Fonte: Elaborada pelos autores.

Analisando a Tabela 4, podemos afirmar que as escolas não se preocupam em estruturar as aulas de Educação Física, pelo fato da duração das aulas ministradas

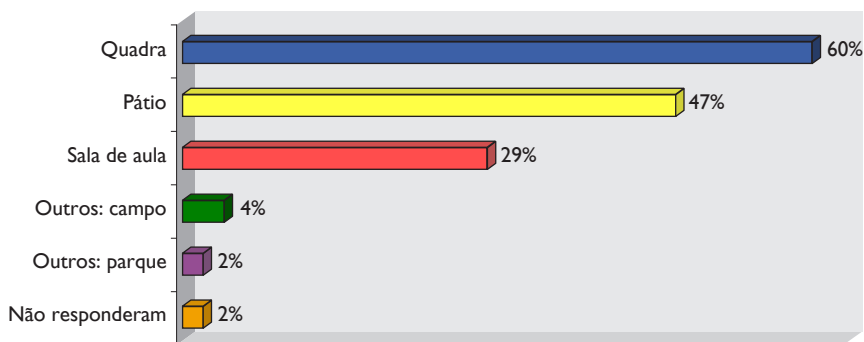
pelos professores ser muito variada. Em relação à frequência e duração das aulas, observamos que, em média, acontecem uma vez por semana durante 45 minutos.

O fato é que uma vez que as escolas determinam que os professores ministrem essas aulas, deveriam se preocupar em estruturá-las para que todos os anos possam ter a mesma frequência semanal e o mesmo tempo de duração, minimizando diferenças existentes em uma mesma escola.

Analisando ainda a organização das aulas, perguntamos aos professores sobre a infraestrutura que eles dispõem para o desenvolvimento das aulas de Educação Física. As opções de respostas dos professores eram: quadra, pátio, sala de aulas e outros. Importante esclarecer que os professores poderiam se manifestar em mais de uma opção. Como assim ocorreu, elaboramos um gráfico para facilitar a compreensão:

Gráfico 3

Infraestrutura utilizada nas aulas de Educação Física



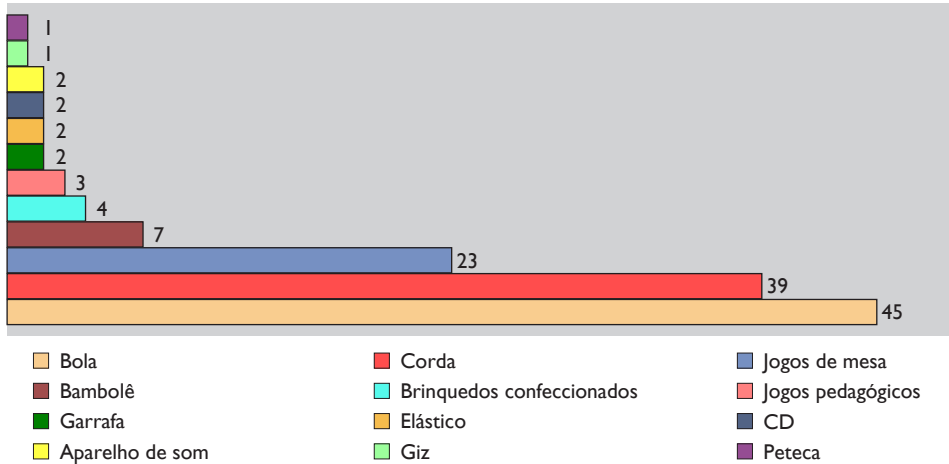
Fonte: Elaborado pelos autores.

Um dado que deve ser levado em consideração é que quatro das escolas participantes não contam com uma quadra em sua estrutura física.

O Gráfico 3 permite concluirmos que existem professores que não limitam o espaço das aulas apenas ao da quadra, uma vez que utilizam também espaços como o pátio, as salas de aulas e outros, como parques e campo de futebol. Além disso, o fato de quatro escolas não terem quadra contribui para que outros espaços, como pátio e salas de aulas, sejam utilizados, visto que grande parte dos professores que se manifestaram afirmando usar outros espaços foram os das escolas que não tinham quadra em sua estrutura física.

Também perguntamos aos professores participantes quais os materiais que utilizam nas aulas de Educação Física.

Gráfico 4
Materiais utilizados nas aulas de Educação Física



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando o Gráfico 4, notamos que 12 materiais foram apontados pelos professores. No entanto, eles estão presos ao uso de três dos materiais citados: jogos de mesa (dama, dominó, xadrez, baralho, bozó, pega-vareta e quebra-cabeça), corda e, principalmente, a bola, utilizada por todos os professores, sem exceção.

Stefanini (2009) ressalta que a diversificação de materiais pode ser um ponto facilitador da aula, pois enriquece as experiências e motivam os alunos, tanto os mais sofisticados (bolas, bancos suecos, traves de equilíbrio, trampolins) quanto os alternativos (materiais que não têm mais validade no lugar de sua origem).

Esse apontamento da autora mostra que apesar de as escolas não disporem de materiais “sofisticados”, o professor pode trabalhar com itens alternativos, como ocorre com quatro dos professores participantes, que usam nas aulas brinquedos confeccionados pelos próprios alunos. Esse fato também merece destaque, já que é uma forma de explorar a criatividade da criança, ainda que não conte com materiais sofisticados.

Sobre a questão do material, também perguntamos aos docentes se os materiais elencados foram comprados pela escola ou se eles próprios o adquiriram, sem nenhum auxílio da instituição. Assim, 41 professores assinalaram que a escola é a responsável pela compra dos materiais, que apenas três os adquiriram sem o auxílio da instituição e um docente não respondeu.

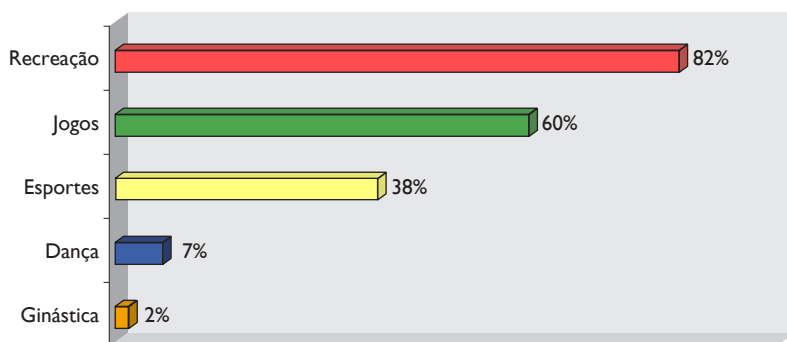
Considerando o fato de as escolas serem responsáveis pelo material que o professor utiliza nas aulas de Educação Física com o fato de que grande parte dos professores se limita apenas a trabalhos com a bola, entendemos que a escola é a responsável

por disponibilizar os materiais, assim ela deveria oferecer mais variedade, já que as aulas necessitam de outros objetos. Talvez, a não existência de materiais leve os docentes a não utilizá-los e, conseqüentemente, a não variar as aulas. De qualquer forma nada os impede de usar a criatividade, podendo até mesmo seguir o exemplo de outros professores, que dizem utilizar materiais confeccionados pelos próprios alunos. A situação que percebemos é que a escola não se interessa em comprar os materiais e o professor não se interessa em procurar outras possibilidades para desenvolver o seu trabalho de formas variadas.

Outra informação que coletamos refere-se aos conteúdos que os professores polivalentes desenvolvem durante as aulas de Educação Física que ministram.

Com a intenção de não induzir a resposta dos participantes, optamos por elaborar uma questão aberta (Quais atividades você ministra nas aulas de Educação Física?). Para a apresentação e discussão desses dados, optamos por agrupar as respostas a partir dos conteúdos da Educação Física. Importante lembrar que, como cada professor poderia apontar mais de um conteúdo, o quantitativo refere-se à frequência em que determinado conteúdo foi apontado, e não ao número de professores respondentes.

Gráfico 5
Conteúdos desenvolvidos nas aulas de Educação Física



Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o Gráfico 5, percebemos que a compreensão de que a aula de Educação Física seja sinônimo de aula de recreação é muito forte visto que 37 professores ministram recreação.

[...] eu acredito que eu realizo com eles apenas uma recreação (PROFESSOR 4, ESCOLA C).

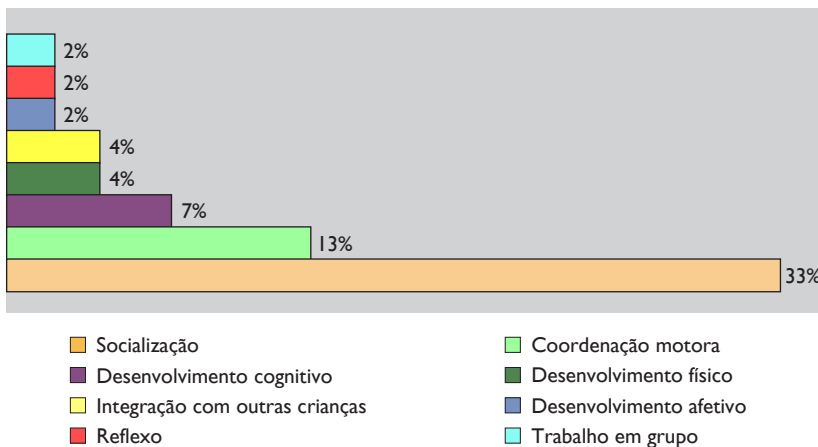
O professor acaba fazendo recreações, porque é de nossa formação e especialização nesta área [...] (PROFESSOR 8, ESCOLA B).

Observamos também que o esporte e os jogos têm sido aplicados pelos professores, sendo o primeiro voltado principalmente para o futsal, apesar de ter aparecido outro esporte também, o voleibol. Entendemos que o futsal pode ter sido o esporte mais citado por ser o mais conhecido e presente no dia a dia das crianças, sendo sua prática facilitada pelos materiais e infraestrutura necessários. Como as crianças conhecem as regras e características da modalidade, isso possivelmente “desobriga” o professor polivalente a ter esse tipo de conhecimento, facilitando a intervenção, já que “não precisará” explicar e conduzir a atividade.

Por fim, perguntamos aos professores se entendem que as aulas por eles ministradas contribuem para o desenvolvimento dos alunos. Todos responderam que sim, mas o curioso é que nem todos souberam justificar a resposta, já que a questão assim solicitava. O Gráfico 6 mostra as justificativas apresentadas.

Gráfico 6

Contribuições da Educação Física no desenvolvimento dos alunos



Fonte: Elaborado pelos autores.

À primeira vista, verificamos que as justificativas mais apresentadas foram a socialização, seguida pela coordenação motora.

Interessante considerar a resposta apontada pelo professor licenciado em Educação Física:

[...] as aulas não devem se preocupar apenas com a área de cognição, mas trabalhar também outros aspectos como o emocional e o físico, e nisso a atividade contribui também (PROFESSOR 9, ESCOLA A).

Essa resposta nos remete às ideias de Stefanini (2009), quando a autora afirma que é fundamental o professor conhecer a criança nas diferentes dimensões do desenvolvimento (motor, socioafetivo e cognitivo) e atender a todas elas a partir da variação de conteúdos como jogos, esportes, lutas, danças e ginásticas.

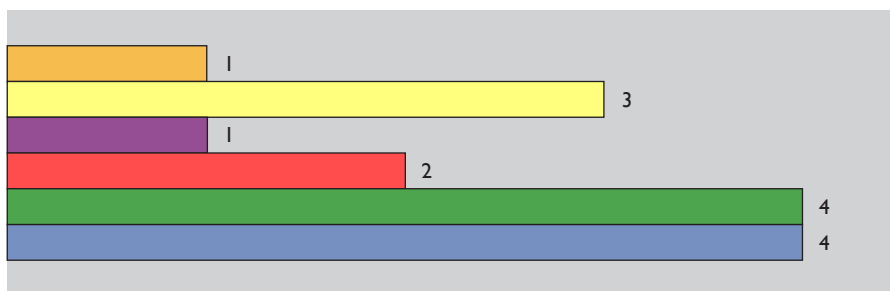
A seguir, apresentaremos as informações coletadas com os professores que não desenvolvem as aulas de Educação Física.

Motivos apresentados pelos professores para não ministrarem aulas de educação física para as turmas que são responsáveis

A **questão 8** foi dedicada aos professores que responderam negativamente à questão 6, quando perguntado se ministravam aulas de Educação Física. Perguntava-se, ainda, por qual(is) motivo(s) eles não ministravam as aulas de Educação Física, sendo apresentadas 5 opções para resposta, entre elas, a opção “outros”, em que poderiam acrescentar outros motivos além dos existentes. Como os professores poderiam optar por mais de uma resposta, o Gráfico 7 refere-se à frequência em que determinado motivo foi apontado, e não ao número de professores respondentes.

Gráfico 7

Motivos pelos quais os professores não ministram aulas de Educação Física



- Outros: não ser habilitada na área
- Outros: falta de espaço e materiais adequados
- Entende que não é sua responsabilidade, ainda que a escola determine que seja
- Medo dos alunos se machucarem
- Acha importante mas prioriza outras disciplinas
- Falta de domínio do conteúdo específico da Educação Física

Fonte: Elaborado pelos autores.

Motivos como “falta de domínio do conteúdo específico da Educação Física” e “achar importante a Educação Física, mas priorizar outras disciplinas” foram os mais apontados pelos participantes, como pode ser observado no Gráfico 7. Dessa forma,

identificamos que há professores que assumem não ter condições para ministrar as aulas de Educação Física por falta de domínio, mas existem os que priorizam outras disciplinas, ou seja, simplesmente deixam de lado as aulas de Educação Física, por acreditarem não ter tanta importância como as outras disciplinas.

Interessante considerar que os mesmos docentes (seis) que justificaram não ministrarem as aulas de Educação Física por “medo dos alunos se machucarem” também assinalaram a opção “falta de domínio do conteúdo específico da Educação Física”.

Como motivos para não ministrarem as aulas de Educação Física, encontramos ainda as justificativas: falta de espaço e materiais adequados e não ser habilitado na área.

Existem ainda os professores que entendem que a disciplina não é responsabilidade sua, mesmo que a escola assim o determine. Em conversa informal com esses docentes, verificamos que eles não concordam com o fato de a responsabilidade das aulas de Educação Física recair sobre eles, assim se desresponsabilizando por compreenderem que dessa forma a Secretaria Municipal de Educação perceberá que não cumprem com a determinação, resultando na contratação de professores especializados. No entanto, essa situação já perdura há muito tempo e nada foi feito. Por conseguinte, os maiores prejudicados são os alunos.

Preparação e segurança dos professores para ministrar as aulas de Educação Física

Perguntamos aos professores na **questão 9** se receberam durante o processo de formação profissional subsídios suficientes para ministrar aulas de Educação Física, tendo como opções de resposta “sim” ou “não”.

Tabela 5

Professores que receberam subsídios durante a formação profissional para ministrar as aulas de Educação Física

Manifestação	Frequência
Sim	10
Não	46
Não responderam	2

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dos participantes que responderam a questão, 79,3% afirmam não ter recebido uma formação a contento para ministrar aulas de Educação Física, como nos mostra a Tabela 4. Essa situação pode ser um indicativo para se pensar os cursos pelos quais esses docentes são formados, especificamente, a Pedagogia.

Existe o entendimento de que esses docentes têm condições para arcar com essa responsabilidade, mas este estudo demonstrou que não.

A **questão 10**, por sua vez, questionava os docentes sobre o fato de sentirem-se seguros para ministrar as aulas de Educação Física, tendo como opção de resposta: “sim” ou “não”.

Tabela 6

Professores que se sentem seguros para ministrar as aulas de Educação Física

Manifestação	Número de professores
Sim	16
Não	38
Não responderam	4

Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebemos que apesar de 80% dos professores terem respondido que não receberam durante a formação profissional subsídios suficientes para ministrarem as aulas de Educação Física, 27,5% assinalaram sentirem-se seguros para essa tarefa.

Entre os professores que responderam não ministrar as aulas de Educação Física, encontramos coerência, já que todos apontaram não se sentir seguros e não ter recebido subsídios suficientes durante a formação para desempenhar essa função.

Opinião dos professores em relação à falta de professores de Educação Física na rede municipal de ensino de Várzea Grande

Na **questão 11**, perguntamos aos professores o que pensam sobre a falta do professor de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de Várzea Grande.

Dos 58 participantes neste estudo, somente 34 responderam a essa questão, que, vale ressaltarmos, era aberta. Alguns professores não conseguiram responder de acordo com o que foi perguntado e outros apenas ignoraram, deixando a resposta em branco.

Verificando o que foi exposto pelos participantes e as informações com significado para nós pesquisadores, percebemos que as opiniões são distintas, levando-nos à composição de dois grupos, com vistas a uma melhor compreensão dos resultados. Assim, encontramos respostas relacionadas à rede municipal de ensino e à atuação do professor polivalente, propriamente dita.

Com a intenção de possibilitar uma melhor visualização desses dados elaboramos as tabelas 7 e 8.

Tabela 7

Respostas relacionadas à rede municipal de ensino

Manifestação dos professores	Frequência
Entendem que a rede não reconhece a importância da Educação Física para os alunos	3
Apontam a necessidade de existir uma lei para determinar quem deve ministrar as aulas de Educação Física	1
Afirmam que há falta de interesse por parte das autoridades competentes	5
Pressupõem que se a Educação Física é parte da grade curricular a rede deveria disponibilizar profissionais habilitados para ministrar essas aulas	1

Fonte: Elaborada pelos autores.

Do total de professores que responderam a questão 11, 10 expuseram respostas relacionadas à rede municipal de ensino.

Por meio da observação da Tabela 8, compreendemos que a falta de um professor habilitado nos anos iniciais das escolas municipais, na opinião de 8% dos participantes, se dá pelo fato de a rede municipal não reconhecer a importância da Educação Física para os alunos.

Ainda em relação à rede municipal de ensino, 3% dos participantes citaram a necessidade de uma lei que determinasse o responsável pela disciplina, já que ela está presente na escola, como é o caso do estado de São Paulo, citado nos referenciais deste estudo.

Existem também 13% dos participantes que se manifestaram, dissertando que esse fato acontece por falta de interesse por parte das autoridades responsáveis, que deveriam se preocupar com o que acontece nas escolas e procurar solucionar os problemas apresentados nesse ambiente. Outros 3% dos participantes pressupõem que se a Educação Física é parte da grade curricular dos anos iniciais, a rede tem que disponibilizar um professor habilitado para ministrar as aulas.

Tabela 8

Respostas relacionadas à atuação do professor polivalente

Manifestação dos professores	Frequência
Não concordam, pois não se sentem preparados para essa função	9
Não concordam, pois a aula ministrada por um professor de Educação Física contribuiria mais na formação dos alunos	8
Não concordam, pois desenvolvem apenas aulas de recreação e não aulas de Educação Física	7

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 8 mostra que as respostas relacionadas à atuação dos professores participantes foram as mais comuns entre os apontamentos encontrados na questão 11, já que das 34 respostas, 24 encontram-se nesse grupo.

Assim, 21% dos participantes não concordam com a ausência do professor de Educação Física nas escolas municipais de Várzea Grande para os anos iniciais do ensino fundamental, pelo fato de não se sentirem preparados para essa função, já que durante a formação não receberam subsídios que os preparasse para isso. Na resposta de um dos participantes fica clara a indignação em ter de ministrar aulas de Educação Física.

[...] eu não me acho preparada para exercer tal função, apesar de me submeter a tal tarefa. Faço porque não há outra alternativa (PROFESSOR F, ESCOLA 2).

Analisando ainda a Tabela 8, verificamos também que em relação à sua atuação, 19% dos professores polivalentes entendem que se a aula fosse ministrada por um professor de Educação Física contribuiria mais na formação dos alunos.

Observamos também que 17% dos professores não concordam em não ter um professor de Educação Física nas escolas municipais, por entenderem que desenvolvem apenas recreação.

[...] eu acredito que eu realizo com eles apenas uma recreação (PROFESSOR 4, ESCOLA C);

O professor acaba fazendo recreações, porque é de nossa formação e especialização nesta área [...]. (PROFESSOR 8, ESCOLA B).

Esse aspecto sobre a recreação já foi verificado em nosso estudo e apresentado a partir da questão 7, onde verificamos que dos 45 professores polivalentes que ministram aulas de Educação Física em sua escola, 37 oferecem apenas a recreação como conteúdo da Educação Física.

Dessa forma, sobre os dois grupos de respostas encontrados na questão 11, entendemos ser possível estabelecer relação entre a falta de preparo dos professores polivalentes atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental de Várzea Grande e a presença de um professor especialista, visto que as respostas apresentadas por eles são em defesa da presença de um professor de Educação Física. Em contrapartida, podemos destacar uma resposta não presente nas tabelas:

É relativo. Há escolas que têm e não há qualidade. Tenho uma formação, curso de um ano nesta área de Educação Física nas séries iniciais, pesquiso, compro livros, estudo, por isso me sinto segura no que faço (PROFESSOR 2, ESCOLA 1).

Concordando com o ponto de vista apresentado pelo professor, o qual entende que nem sempre um professor da área é a melhor solução, Freire (1997) diz que a questão não está em determinar quem deve, ou não, ser o responsável pelas aulas, simplesmente pela questão da formação e, portanto, inserção de um profissional específico da área. A questão central é sobre quem, de fato, tem maior competência e consistência para essa função.

No caso, o Professor 2 diz estudar, fazer cursos na área e se sentir seguro para ministrar aulas de Educação Física, mas o fato é que grande parte não tem essa percepção e admite não ter condições para ministrar as aulas de Educação Física, uma vez que não receberam formação a contento.

CONCLUSÃO

Os resultados desta investigação expuseram o panorama geral da organização das aulas de Educação Física ministradas por professores polivalentes. O que pode ser destacado é que a situação das aulas de Educação Física não é boa, visto que em sua maioria são voltadas para recreação e a utilização de bola e corda.

Essa situação nos remete tanto à perda de espaço de trabalho dos professores licenciados em Educação Física, quanto ao prejuízo na formação dos alunos, uma vez que são privados de participar de aulas bem planejadas e coerentes com suas condições físicas, cognitivas e afetivas, a partir da realidade constatada nesta pesquisa.

Da mesma forma, a relação/articulação do professor de Educação Física com o professor polivalente torna-se imprescindível, na medida em que ambos poderão atuar, a partir de suas especificidades, de maneira que contribuam para o desenvolvimento pleno de seus alunos. Nesse sentido, muito mais que inserir professores de Educação Física nessas escolas, o foco deve ser sempre as crianças, tendo por primazia a qualidade das aulas.

Entendemos que as aulas de Educação Física, precisam ser mais bem observadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Várzea Grande, visto que os professores de algumas escolas não contam, sequer, com local adequado para o desenvolvimento das aulas. Apesar de saber que os professores polivalentes não devem se valer de justificativas como a falta de materiais e de espaço adequado para não ministrar aulas de Educação Física.

Dessa forma, entendemos que a situação deveria ser observada pela Secretaria de Educação do município, não só no sentido de proporcionar recursos, mas também no de capacitar os professores polivalentes, visto que eles não se consideram preparados para essa função e a própria Secretaria determina que sejam os responsáveis pelas aulas.

O estudo foi realizado em uma pequena amostra, pois desenvolvemos a pesquisa em 12 escolas das 60 que não possuem professor de Educação Física, mas o fato é que se conseguimos observar que a situação da Educação Física não é satisfatória em apenas 12 escolas, quiçá no restante. Assim, este estudo contribui na medida em que oferece indícios da necessidade de repensar a organização didático-metodológica da Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas municipais de Várzea Grande.

Diante disso, finalizamos com o convite a novos estudos que contemplem um número maior de escolas e, quem sabe, com a observação *in loco* das aulas ministradas pelos professores polivalentes, permitindo uma ampliação nas considerações já apresentadas nesta pesquisa.

PHYSICAL EDUCATION AND POLYVALENT TEACHERS: THE CASE OF VÁRZEA GRANDE DISTRICT SCHOOLS

Abstract: The objective of this study was to identify the organization of Physical Education classes in the initial grades of High School of Várzea Grande public district schools, in the view of polyvalent teachers, since that of the 63 schools in the district only 3 have a Physical Education teacher. It was realized a bibliographical survey about the legal aspects and characteristics of Physical Education in High School. The descriptive and qualitative study occurred in 12 district schools of Várzea Grande, Mato Grosso State, with 58 polyvalent teachers. From one questionnaire it was evidenced that 78% of the participants teach Physical Education classes, being the recreation the content more developed. It is concluded that is necessary the insertion of a Physical Education teacher in these schools.

Keywords: Physical Education; initial grades of High School; polyvalent teacher.

REFERÊNCIAS

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 73-81, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 18 jul. 2012.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 18 jul. 2012.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física ensino fundamental**. Brasília: MEC SEF, 2000.

BRASIL. **Lei n. 10.328, de 12 de dezembro de 2001**. Introduz a palavra obrigatório após a expressão curricular, constante do parágrafo 3º, artigo 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10328.htm>. Acesso em: 18 jul. 2012.

BRASIL. **Lei n. 10.793, de 1º de dezembro de 2003**. Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.793.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2012.

CAPARRÓZ, F. E. **Entre a Educação Física da escola e a Educação Física na escola**: a Educação Física como componente curricular. Vitória: UEFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

DARIDO, S. C. Educação Física de 1ª a 4ª série: quadro atual e as implicações para a formação profissional em Educação Física. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl. 4, p. 61-72, 2001.

DEVIDE, F. P. Educação Física escolar no primeiro segmento do Ensino Fundamental: contribuições para um debate. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 19, p. 1-7, dez. 2002.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da Educação Física. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, M. J. Brincar de viver o corpo. In: NISTA-PICCOLO, V. L. (Org.). **Educação Física escolar**: ser... ou não ter? 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993. Cap. 5, p. 73-86.

GONÇALVES, C. T.; FERRONI, G. S. **A desconsideração ao professor de Educação Física na escola**. 2003. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física)–Faculdades Integradas de Santo André, Santo André, 2003.

MOREIRA, E. C. Educação Física no Ensino Fundamental: a (re)construção dos significados. In: MOREIRA, E. C. (Org.). **Educação física escolar: desafios e propostas** I. Jundiaí: Fontoura, 2009. Cap. 5, p. 95-113.

PEREIRA, R. S. **A Educação Física nas séries da fase inicial do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Santo André: o olhar dos professores polivalentes**. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÃO PAULO. **Resolução n. 184, de 27 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a natureza das atividades de Educação Artística e de Educação Física nas séries do ciclo I do Ensino Fundamental das escolas públicas estaduais. Disponível em: <http://lise.edunet.sp.gov.br/paglei/resolucoes/184_02.htm>. Acesso em: 18 jul. 2012.

SOUZA JÚNIOR, M. O saber e o fazer pedagógico da Educação Física na cultura escolar: o que é um componente curricular. In: CAPARRÓZ, E. F. (Org.). **Educação Física escolar: investigação e intervenção**. Vitória: Proteoria, 2001. v. 1, cap. 4, p. 81-92.

STEFANINI, C. Pressupostos para a elaboração de um programa de Educação Física para as séries iniciais do Ensino Fundamental. In: MOREIRA, E. C. (Org.). **Educação física escolar: desafios e propostas** I. 2. ed. rev. ampl. Jundiaí: Fontoura, 2009. Cap. 9, p. 167-184.

Contato

Raquel Stoilov Pereira
E-mail: stoquel@uol.com.br

Tramitação

Recebido em 1º de abril de 2010
Aceito em 7 de agosto de 2012